

LEITURA COMO PRODUÇÃO¹

SIBÉLIUS CEFAS PEREIRA *
(Doutorando em Lingüística- Unicamp)

INTRODUÇÃO

Como o tema do presente texto se insere no contexto da graduação e no que esta pode propiciar de pesquisa e produção, comecemos pelo pressuposto básico de que é necessário que o graduando, num compromisso pessoal, exerça a prática constante da leitura, efetivamente, como um ato de produção. Esta exposição vai no sentido de reivindicar um certo lugar para o aluno, uma mudança de posição subjetiva, na qual o indivíduo, enquanto membro do grupo, salte para o que o singulariza no grupo e, nessa singularidade, contribua, de fato, para o próprio grupo.

Isso impõe que se pense muita coisa. A começar por uma certa redefinição das graduações, superar uma certa expectativa, ainda muito presente, de uma formação voltada para a transferência de conteúdo; ampliar o domínio limitado de parâmetros epistemológicos e teorias científicas, o que se relaciona a uma formação de metodologia científica menos voltada para métodos enquanto técnicas e, mais, para o científico no método; ampliar o olhar/leitor voltado apenas para formas/textos canônicos; definir instrumentos efetivos de produção: textos, performances, amostragens, jornais, revistas; criar uma cultura de incentivo e reconhecimento das produções de alunos em graduação, e assim por diante. Enfim, uma tarefa de grandes proporções e que demanda muitos esforços. Este trabalho é uma iniciativa nessa direção.

Neste momento, minha contribuição vai no sentido de começar por reciclar os termos – leitura e produção - já tão consagrados em nosso meio e, diante do inevitável desgaste e reducionismo que os termos em circulação acabam por sofrer, esboçar um sentido outro que leitura e produção comportam.

A LEITURA - ATO SINGULAR

O título deste texto, em sua simplicidade quase óbvia, pode fazer supor uma noção mais ou menos comum de leitura e produção. De leitura como um mero ato de

¹ O presente trabalho constitui-se numa reflexão sobre texto apresentado no *I Seminário sobre Leitura e Produção no Ensino Superior*, realizado no interior do 12o. Congresso de Leitura - COLE, 20 a 23 de Julho de 1999, Campinas, Unicamp.

* Professor de Lingüística da PUC-MG, Campus Poços de Caldas, e pesquisador do Projeto *Língua Materna em Instância Paterna*, sob a coordenação de Nina Leite.

decodificação de realidades textuais e produção como o resultado sempre esperado de um conhecimento previsto, suportando de novo, no máximo, uma elucidação a mais, que reafirme a perspectiva adotada. Essa idéia de leitura vai, muitas vezes, ao encontro daquela, operacionalizada pela lingüística textual, que tem se centrado em certas noções-chave como coesão e coerência, que privilegiam o estudo das próprias estruturas sintáticas de argumentação e de construção de sentido no texto, trabalhando mecanismos de constituição textual, organização do texto, fatores de coerência, tipologias. Levando em conta o processamento de operações interpretativas como inferência, pressuposição, subentendido, analogia, correlação, além do papel da cognição no processamento da leitura, chama a atenção, ainda, para fatores sócio-cognitivos, considerando importante, por exemplo, o conhecimento de mundo. Tal abordagem pode sublinhar a importância de uma prática mais constante de leitura, no sentido quase que elementar de acúmulo de informações, de construção do que tradicionalmente qualificamos de uma fundamentação cultural, de letramento.

Não desconsiderando a validade desse tipo de abordagem, digamos, quase que operacional da leitura, que propiciaria certos protocolos de leitura e produção, situo-me aqui em um outro lugar. Essas abordagens de coerência e coesão vão na linha de uma padronização, ou seja, supor que os textos configuram em certas estruturas, modelos pré-determinados, cabendo ao leitor apossar-se de certas técnicas de decodificação. Ou, no caso da escrita, operacionalizar tais técnicas para atingir aqueles modelos delimitadores. Sigo por um sentido oposto, o de chamar atenção para o fato de que o texto, o discurso² se constróem num constante deslizamento de sentido. Aquilo que seria uma leitura como produção seria, pois, aquilo que vai na linha mesmo em que o sujeito-leitor, num ato pessoal e com uma especificidade, assume a leitura como um ato seu, intransferível, e daí se insere numa cadeia de sentidos, gerando novos sentidos, singularizando-se.

Como bem mostrou Lemos (1992) - no contexto de uma crítica a *Cohesion in English* de Halliday, sobre aquilo que faz texto, um ideal de texto, um ponto realizável de sentido - esse todo almejado é bem instável e fugaz. E o próprio esforço de tentar mostrar o que é um texto, alerta-o para a necessidade de coesão, é, ironicamente, o que mostra que na linguagem “opera algo da ordem do não-coesivo, do não-todo” (p.35). Isto que seria um texto unificado, realizado, que faz texto, seria muito mais um efeito de sentido no discurso, um imaginário lingüístico que sustentaria o sentido. Ponto que, diga-se de passagem, paga um preço, que seria o silenciamento de outros sentidos - ou ainda mais, o silenciamento da própria geração de sentidos, da proliferação dos mesmos.

Não é preciso muito esforço para se constatar que o que normalmente se classifica como uma boa literatura, textos e estudos consagrados com um ponto satisfatório de realização forma/conteúdo, são aqueles que efetivamente avançam, que destoam, que

² Tomamos língua nos termos da conceituação saussureana, como o sistema ou estrutura que conhece sua própria ordem. E a fala e/ou discurso como aquela dimensão que diz respeito ao uso da língua, um campo amplo onde os sentidos estão em circulação, as próprias cadeias de sentido; uma tomada de estudo da linguagem que estaria no campo de interesse da pragmática, semântica, aquisição da linguagem, análise do discurso e outros. Para um aprofundamento da terminologia língua versus fala/discurso vide De Lemos (1995).

deslocam e surpreendem. Não se pode cair no simplismo de supor que isto seja um direito de uns poucos iluminados. Em menor ou maior escala, o que se deveria esperar é que cada sujeito-leitor se torne um sujeito-produtor. Esse diferencial é o que constitui a idéia mesma de subjetividade. Existe, hoje, todo um campo semântico de termos e conceitos mobilizados, no sentido de dar conta desse processo, de mostrar essa dimensão; termos como: deslizamento, deslocamento, cadeias, fragmentos, fugas, movimento, funcionamento e, sobretudo, discurso.

DA PRODUÇÃO - O QUE SE REPETE COMO DIFERENÇA

Quanto à produção, o termo também se presta a muitos equívocos. O termo pode sugerir, de imediato, a idéia corrente de produtividade, isto é, produzir pesquisa, oferecer resultados, publicar artigos, e procedimentos similares. Este aliás seria o sentido dado como pressuposto pelos órgãos governamentais de incentivo à pesquisa. Seria uma produção mensurável em termos de quantidade e frequência. Como se sabe, há aí um forte componente político-ideológico, já que nessa quantificação da pesquisa acaba-se desconsiderando o elemento diferencial, o avanço substancial, a originalidade, numa só palavra: a qualidade. É por isso que pensar o ato de leitura e a conseqüente produção como uma via de singularização do sujeito é se bater com certas limitações institucionais. Não é o caso aqui, mas precisaríamos recorrer a Foucault para lembrarmos que as sociedades contemporâneas, corporificadas em suas diferentes instituições, dentre as quais a escola, em sua impessoalidade e em suas malhas difusas de controle e poder vão, na maioria das vezes, no sentido de constringir e controlar o sujeito. N'A ordem do discurso (1971), Foucault foi capaz de mostrar exatamente isso, que nossa sociedade estabelece um insistente controle sobre a produção do discurso; controle, seleção, organização e redistribuição dos discursos, conjurando seus poderes e perigos, dominando seu acontecimento e esquivando a sua sempre temerária materialidade. A obra vai distinguir e esmiuçar o que seriam três grandes grupos de procedimentos, que permitem o controle dos discursos: os procedimentos de exclusão; os que funcionam como princípios de classificação, ordenação e de distribuição; e, por fim, os procedimentos de controle dos discursos propriamente ditos, que são aqueles que determinam as condições de funcionamento dos discursos.

Não há, em si, nenhum problema em se refletir sobre produção no sentido exposto acima, de uma possível produtividade. O problema seria reduzi-la a esse seu componente. Sem esquecer que tomar a necessidade da produção, nesses termos, implicaria levar em conta uma série de limitações práticas nas diferentes graduações espalhadas pelo país: ausência de espaços efetivos de publicação; falta de domínio epistemológico e metodológico, etc.

Quero, no entanto, abordar a questão pelo lado da produção como um diferencial qualitativo. Como enunciado no início, a idéia é que o graduando se engaje, como sujeito, numa prática efetiva de leitura como produção. O que nos obriga a pensar, mesmo que sumariamente, na dimensão da subjetividade, pois a subjetividade tem sido, em certas abordagens, reduzida a um espaço mínimo. Sabemos que assumir o ato de leitura é inserir-se numa história de leitura, numa cadeia de sentidos, em formações

discursivas, interagindo e operando sobre sobre práticas sociais de leitura já existentes. Consoante a esse inegável condicionamento sócio-histórico, não é incomum, a propósito, correspondendo aos paradigmas epistemológicos contemporâneos - talvez por uma leitura equivocada ou parcial da crítica da noção de autoria por Barthes, Foucault e Derrida - afirmações que reduzem e quase negam qualquer referência a realidades como autonomia e heteronomia. E, por um achatamento, através de expressões tais como assujeitamento, cair-se num reducionismo de explicações gerais, sobre-interpretações que dão conta da crítica anti-humanista do sujeito, mas não possibilitam o gesto seguinte de concepção de uma outra idéia de singularidade. Assim sendo, a leitura, acaba também sendo abordada com um certo reducionismo, pois que a se toma como repetibilidade na longa história de leituras.

E é neste sentido que trago de Freud, aprofundado por Lacan, o conceito de repetição, que foi por eles pensado como reprodução e como produção, repetição diferencial. Podemos, a partir daí, dar um certo estatuto ao conceito de produção. Talvez reconhecer, dar visibilidade e explicitude a um processo de produção de saber, que sempre existe, mas de que talvez o próprio sujeito não se dê conta.

Para a psicanálise, a repetição não é uma referência casual, mas uma noção central. Freud escreveu sobre ela um artigo, em 1914, e a retoma em Além do Princípio do Prazer. Lembrando a propósito que, antes disso, o problema da repetição fora uma antiga questão filosófica. Na antiguidade clássica, podemos trazer à memória os instigantes fragmentos de Heráclito, especialmente sua mais famosa formulação, “Nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos” (1985:84). Aliás, antes mesmo de Heráclito, a própria questão do mito relacionava-se em grande parte ao problema da repetição. Nietzsche retoma modernamente estas questões na sua conhecida reflexão sobre o eterno retorno. Mas não só ele, também Hegel e Kierkegaard refletiram bastante sobre essa questão. Quando Freud aborda, pois, esta questão em sua obra, é certamente sob o peso desta tradição. Podemos, no entanto, ressaltar que em alguma medida as perguntas ali trabalhadas coincidem com as de Freud, que são exatamente a de inquirir sobre o que se produz de novo, o que se diferencia em cada nova repetição. Sempre identificando, como resposta a esta inquirição, um tipo de repetição que não seria mera reminiscência, recordação ou reprodução. No texto citado de Freud (1914) encontramos exatamente esta idéia do vínculo da repetição com o novo. E não é coincidência que ele se reporte ao jogo infantil como uma analogia da “obsessão de repetição”. Há aí uma dimensão lúdica no ato de repetir. A referência à qual Freud se apegava é a da brincadeira do fort-da, que observara em seu neto, na qual a criança supunha fazer-se o agente do aparecimento/desaparecimento da mãe, fazendo-o coincidir com o movimento oscilatório do próprio brinquedo.

Mas o aspecto mais importante, destacado por Lacan, é a diferenciação que Freud fizera, em 1914, entre Wiederholen (repetir) e Reproduzieren (reproduzir). A repetição não se reduz a uma reprodução, pois, o que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz (1964:45ss). A repetição é um retorno, não do mesmo, mas do diferente. É por isso que Lacan pode dizer, ainda, que a repetição -tanto quanto a desordem, os lapsos, os chistes, certas discordâncias, buracos e contenções - opera como um índice, um fragmento, um gesto que diz, de um não dito.

No Seminário 11 (p.56), Lacan vincula o tema da repetição a dois conceitos aristotélicos: o de *tiquê* e *autômaton*. *Tiquê*, Lacan traduz como o “encontro com o real”. E *autômaton*, em geral traduzido por ‘espontaneidade’, está ligado ao que chamamos ‘acaso’. Ao termo *tiquê*, que se aproxima da *ananké* ‘necessidade’, Lacan vai relacionar a repetição. O real é o que está para além do *autômaton*, do retorno, da volta, da insistência dos signos. O real é o que vige por trás do *autômaton*. Assim, a repetição não se reduz a essa seriação automática dos signos, com um funcionamento tranqüilo da cadeia. O que se repete é um real, “como por acaso”, mas que, de fato, é da ordem de uma necessidade, *tiquê*. Real que, enquanto causalidade, interrompe a cadeia.

Mas que real é esse? Não a pura realidade, enquanto mera cronologia. Temos que recordar que Lacan pensa o real enquanto uma temporalidade inserida no conceito central de cadeia significativa. Conceito complexo e que tem que ser pensado em termos lógicos. Mas, seja como for, podemos ao menos indicar que a cadeia significativa pode ser entendida como a própria insistência do desejo, insistência dos signos, comandada por um princípio do prazer. Ocorre que o objeto do desejo se constitui como imaginário, uma vez que o objeto absoluto (*Das Ding*) se encontra ausente e o objeto presente (*Die Sache*) se constitui como uma ilusão daquele absoluto. É assim que o real vai se constituir entre estes dois objetos, o ilusório e o absoluto. É assim que o real não se encontra nos objetos do mundo, mas com o impossível, como o que falta ao encontro marcado; e, o lugar vazio dessa falta é ocupado pelo significante. O que se repete como falta não são os signos - que retornam - mas o encontro faltoso, *tiquê*.

Contudo, o papel dos signos não pode ser subestimado, reduzido ao papel de um mero instrumento. Paul Henry (1977) ressaltou que a articulação da lingüística com a psicanálise se daria num ponto preciso: o da repetição. Pois a lingüística demonstra que, seja no discurso, seja na fala, alguma coisa repete, e repete materialmente. As palavras se repetem, não enquanto realidades fônicas ou gráficas, ou ainda significações evanescentes, vagas: “o que se repete (...) são diferenças, isto é, relações, o que Sausurre nomeia por significante” (p.163). As diferenças e as relações é que se repetem, não obstante o realizem pelo viés de substâncias e formas. Assim, pondera ainda Henry: “o conceito de língua não tem outra função além de permitir que se pense o registro da materialidade do que se repete realmente no discurso ou na fala, enquanto fala verbal ou discurso verbal (ou gráfico) para além de todas as variações de forma ou substância. O desejo inconsciente implica também uma repetição, uma volta do mesmo sob as diferenças. É isso o real do desejo inconsciente e nada mais.” (p.163)

O que justificaria esta rápida incursão pela abordagem freudiana na leitura de Lacan? Antes de tudo, o fato de que essa abordagem permite o relevo da idéia de produção num patamar de complexidade que o conceito muitas vezes esconde. A complexidade vem exatamente do vínculo da idéia de produção e uma teoria subjetiva a uma certa concepção de singularidade. Podemos dizer, voltando ao contexto da graduação, que nenhum graduando produz, como esforço intencional advindo de uma ordem de mestria por parte do professor, como se este determinasse: — *Vamos lá, garoto, produza!* Mas, por outro lado, paradoxalmente, nenhum aluno cessa de produzir; não se pode não se produzir, visto ser essa a condição mesma para que haja aí um sujeito. O problema muitas vezes está em se supor um controle dessa situação, um mapeamento desse processo. Voltando ao que Lacan sublinha, há aí algo da ordem do

acaso, no sentido de que nunca se sabe o quê, que elementos, que leitura, que poema, que dizer, que enunciado vai fazer efeitos sobre o sujeito, de tal qual forma que este se inclua numa cadeia discursiva, gerando sentidos, produzindo. Muitas vezes, o trabalho de um aluno, sua pesquisa, seu texto, sua contribuição, não atende àquilo que seria da ordem de uma coesão e coerência, da ordem de certos protocolos de leitura e produção pré-determinados, mas justamente na medida em que frustram essa expectativa, que não se rendem a esses condicionamentos, não raro, fastidiosos e entediantes, é que oferecem uma real contribuição, uma efetiva produção.

É preciso, no entanto, diferenciar essa noção de singularidade de um psicologismo do indivíduo. Digamos que o ponto em que nos encontramos aqui não é de reservar ao sujeito um controle sobre a situação, de tal forma a produzir como resultado uma decisão intencional; nem de negar a possibilidade dessa produção. Mas essa possibilidade se dá por outra via, na medida em que a sala de aula, a universidade, o professor - para não esquecermos as referências deste seminário - possam propiciar ao aluno espaços estimuladores da singularidade. Que o aluno possa ser seduzido e fisgado em certas brechas do amontoado acadêmico e curricular da graduação e, por essas brechas, singularizar-se. Nem espontaneísmo, nem assujeitamento total, mas singularidade possível.

ENTRE O EXCESSO E A FALTA: A EMERGÊNCIA DO SENTIDO

O processo todo de leitura e produção parece oscilar numa permanente tensão. É preciso iniciar a leitura de posse de alguns protocolos, familiarizado com um certo repertório que permita uma aproximação consistente dos textos, uma vez que a leitura não se expõe como epifanias, revelações gratuitas ao leitor, quaisquer que sejam suas predisposições. E quanto à produção, é inevitável que se oriente por esse ponto lingüístico imaginário que faz todo, que demanda coerência, que faz texto. Mas há uma oscilação e essa rota se desfaz, se dispersa; e o processo subjetivo de apropriação de um texto, e o que daí se produz, seguirá, então, um imprevisível percurso.

De tal tensão decorrerá uma outra, que tem sido apontada de diferentes modos e por diferentes autores, que é a do jogo entre a contenção e o excesso. A abordagem lacaniana procura mostrar exatamente que o sujeito é constituído numa estrutura psíquica de falta. E supondo que a via mesmo de constituição subjetiva seja a linguagem, é sobretudo aí, na linguagem, que essa falta se torna visível. Todo dizer, então, paga o alto preço de não realizar plenamente o sentido, de não suturar. Disso se segue, para retomarmos o ponto indicado, a compulsão para a repetição, uma vez que repetir é tentar, mais uma vez, e assim ao infinito, dizer a verdade, nomear o real. Operação sempre frustrada, mas que possibilita, por retroação, um avanço, certos avanços. Onde entra, então, o jogo entre a contenção e o excesso? Entra exatamente na medida em que o dizer, no que precisa cumprir sua razão de ser, que é dizer o que deve ser dito, descamba para um excesso de palavras, como se nesse moinho de palavras pudesse circular um vento espirituoso que carregue consigo o sentido. E, por outro lado, quando se evidencia a rapidez com que esse vento se evanesce, por mais e mais rápido

que se movimente o moinho, a frustração do sujeito tende a puxá-lo para um não-dizer, para um mínimo.

O filósofo francês Rancière (1995) chama bastante atenção para essa tensão. Sobretudo a literatura, mas não só ela, e sim toda a trajetória da escrita no ocidente, desde o *mythos* no *Fedro* de Platão, vem marcada por uma divisão; por um lado, ser *menos* que escrita e, por outro, ser *mais* que escrita. Ou seja, a escrita se caracteriza por ser contraditoriamente muda e falante ao mesmo tempo. Enquanto muda, na medida em que não há nenhuma voz presente que ofereça garantia de verdade, é como se fosse um *logos* liberto do ato da palavra, liberto do verbo. Enquanto falante, ela segue órfã e errante, rolando de um lado para o outro, em busca desse garante. Num processo infinito, tal como a biblioteca borgeana, o que vem em socorro da escrita faltosa é uma outra escrita. Uma outra escrita “...menos que escrita, mais que escrita, falando quando é preciso falar, esquivando-se quando é preciso se esquivar” (p.10). Na direção do *menos*, o trajeto visaria o ponto impossível de um *logos* sem palavras/simulacros. Na direção do *mais*, a meta impossível seria a de uma escrita indelével, infalsificável. Uma “mímese anti-mimética””(uma) dramaturgia da recusa da escrita e o mito da escrita mais que escrita” (p.12). Uma esquivança infinita, um jogo mimético. A escrita escandindo esse mútuo pertencer entre “a verdade plena e as palavras vazias.”

Numa reflexão que possui afinidades com estas formulações, para abordar a idéia da exatidão, como uma das características da escrita literária, Italo Calvino (1988:84ss) invoca duas figuras que funcionariam como emblemas de duas atitudes de escrita, de dois tipos de escritores: as figuras do cristal e da chama. O cristal, como modelo de perfeição, refratário; “imagem da invariância e de regularidade das estruturas específicas”; e a chama, como a “imagem da constância de uma forma global exterior, apesar da incessante agitação interna”. A tensão entre uma racionalidade geométrica e uma ordem do rumor. De alguma forma, isso faz eco à tensão mencionada entre o *menos* e o *mais* da escrita. O menos, como o mínimo, o exato; o mais como o máximo, o rumor, a cadeia.³

O fato é que pesam sobre o sujeito incontornáveis injunções, que o assujeitam e o constroem, tanto em termos de limites sócio-históricos, como de limites de estruturação subjetiva. Mas, como mostrou Pêcheux (1983:51), entre esses dois espaços — “o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações” — é possível uma descrição das materialidades discursivas. Não um descrever, tomado na perspectiva de uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica, indiscernível de interpretar (p.50); mas uma descrição, que não apaga e sim reconhece a equivocidade e a heterogeneidade

³ A propósito desta discussão, é significativo o estudo de Haroche (1984) sobre o princípio conhecido como *denominatio*, que foi uma inscrição específica de exigências de transparência e clareza, na França, a partir do século XVII, impostas no interior da própria gramática, na forma de uma normatização externa, um princípio de visibilidade, um ideal de completude, que determinou a caça incessante à ambigüidade, à elipse (falta) e à incisão (o acréscimo descontrolado). Imperativos que procuravam fazer do homem uma entidade homogênea e transparente, fazendo do explícito, da exigência de dizer tudo e da completude, regras que contribuem para um assujeitamento.

constitutiva, pois que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (p.53).

Eu diria que é essa suscetibilidade do enunciado, essa incessante deriva do sentido numa série, que permite que haja, por um sujeito, leitura como produção. Do lugar da análise discursiva, cabe-nos reconhecer e operar sobre esse espaço possível de interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- CALVINO, I. (1988), *Seis propostas para o próximo milênio*, São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- DE LEMOS, C. T.G., (1995), Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem, in *Letras Hoje*, Porto Alegre, v.30,n.4, p.9-28, dezembro 1995.
- FREUD, S. Recordar, Repetir e Elaborar, vol.XII, *Edição Standard Brasileira*, Rio de Janeiro, Imago.
- HAROCHE, C. (1984), *Fazer dizer, querer dizer*, São Paulo, Hucitec, 1992.
- HENRY, P. (1977), *A Ferramenta Imperfeita*, Campinas, Unicamp, 1992.
- HERÁCLITO, Fragmentos B (1985), in *Pensadores - Pré Socráticos, tradução de José Cavalcante de Souza*, São Paulo, Abril. (Fragmento 49 a)
- LACAN, J. (1964), Seminário 11- *Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*, Rio de Janeiro, JZE, 1985.
- LEMOS, M. T. G. de, (1992), Sobre o que faz texto: uma leitura de Cohesion in english, *D.E.L.T.A* , vol.8, n.1, p.21-42.
- PÊCHEUX, M. (1983), *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, Campinas, Unicamp, 1990.
- RANCIÈRE, J. (1995), *Políticas da Escrita*, Rio de Janeiro, Ed. 34.